

Poder Partilhado

A preocupação política avoluma-se no plano institucional. Mais do que o temor de um choque frontal entre o Executivo e o Legislativo, as atenções se voltam para o hiato que se abre entre eles em decorrência da partilha de poderes feita na Constituição. O Congresso não disse ainda a que foi chamado pelas atribuições que recuperou e pelo mais que lhe coube na nova distribuição constitucional de poderes.

O pressentimento de que o vazio cresce decorreu da circunstância de que, ao se transformarem em congressistas, os constituintes relaxaram porque estavam exaustos do esforço concentrado para a arrancada final. Promulgada a Constituição, foram todos cuidar dos seus afazeres nas bases. A eleição municipal autorizava o recesso legislativo. Muitos eram candidatos e os outros deram ajuda ao partido.

Depois de um mês e meio, o Congresso ainda esperou a apuração se definir para retomar o seu trabalho de rotina invisível, circunscrita aos poucos representantes com produtividade. Está voltando, mas lentamente, sem dar sinais de saber que dezembro é mais curto e que gastará quase todo o tempo disponível na votação do Orçamento da União para 89.

Acontece, no entanto, que a sociedade se aflige e se impacienta com uma pauta de urgências que não se mostram capazes de apressar os congressistas para os afazeres de complementar a Constituição, no que ela inovou e não pode ser aplicada sem leis específicas. Na 3^a-feira começarão a transitar na Câmara matérias selecionadas como salário mínimo, direito de greve com especificação de atividade essencial, definição de juros reais e — como não podia deixar de ser — as regras para a sucessão presidencial.

É suficiente a comparação entre a importância dessas leis e a brevidade do tempo disponível para se duvidar de que possam resultar dessa correria normas capazes de atender às necessidades. O Orçamento vai mobilizar o maior esforço porque está sujeito a prazo. Até o dia 15 precisará estar aprovado com as modificações que o Congresso fará ao máximo, para demonstrar que recuperou o poder de moldar os objetivos do Executivo segundo o que a representação política entender mais conveniente.

A questão preocupante decorre desse teste, porque os congressistas querem demarcar, antes de tudo, o limite mais avançado do seu poder. Depois de mais de vinte anos relegado a figura decorativa, pois votava formalmente o Orçamento sem poder modificar-lhe uma linha, o Congresso precisará mostrar também competência. Não se trata, no entanto, apenas de jogar recursos de um lado para outro. A nação espera que os congressistas saibam avaliar devidamente o custo político da sua velha tendência de conceder o máximo e de prover o mínimo. Por mais que estejam limitados pela impossibilidade de criar despesas sem definir a fonte de recursos, o espírito político tradicional é o de

favorecimento. Os congressistas gostam de praticar a generosidade com o bolso de terceiros. Raramente se lembram de que tudo tem um custo, e alguém sempre acaba pagando.

Os hábitos mais atrasados, semeados pelo paternalismo, adaptaram-se à nossa democracia de 46, sobreviveram ao período militar e vicejam na transição. Não houve ainda sinais de que o Congresso tenha adquirido com o desenvolvimento a elementar noção de que custo e resultado econômico guardam uma relação sagrada. A visão de *social* continua a ser a do paternalismo estatal, sem a menor capacidade de garantir o retorno. É benemerência a fundo perdido, que mantém o atraso como canteiro de votos.

Há um *esprit de corps* que já deu sinais de não se ter alterado. Os congressistas arrogam-se a condição de membros de um poder desarmado, mas nem por isso deixam de abusar das prerrogativas que os situam acima da cidadania. E não é apenas em matéria de privilégios expressos em subsídios e mordomias, com tudo pago, correspondência, telefone, moradia, passagens de avião conversíveis em viagens ao exterior. A arrogância de certas decisões que afrontam a sociedade, o jogo de interesses em que se apresentam à sombra do nacionalismo, da reserva de mercado ou do cartório terão que ser reavaliados por um novo critério moral. O Legislativo agora divide o poder de decisão com o Executivo, e pela transparência do seu trabalho os deputados e senadores se tornam mais visíveis e expostos à fiscalização.

A opinião pública será mais severa daqui por diante, pois, embora desarmado, o Legislativo está armado de poderes. A semana de trabalho para todos os brasileiros é de 44 horas. A dos congressistas se resume a três dias úteis por semana. Para votarem um projeto que não seja decorativo ou de rotina, precisam fazer esforço concentrado, com hora extra.

A transparência do Congresso é uma razão a mais para a mudança de comportamento e a perda da arrogância com que seus membros gostam de afrontar as críticas. A indiferença pelo que pensa e diz a sociedade é afrontosa. Não revela índole democrática. Pelo contrário, democrático seria prestar satisfações pelos atos que suscitam dúvidas e protestos gerais.

A grande força do Congresso precisa ser moral. Não é porque pode modificar como bem entender o Orçamento da União que o Legislativo se afirmará politicamente, mas pelo teor de interesse público que inspire os seus atos e decisões. A nação gostaria de assistir a uma demonstração de eficiência política com o Congresso assumindo desde já um papel atuante, para evitar que se avolue a impressão de hiato nas providências complementares a seu cargo. Ou que se tente suprir o vazio com medidas improvisadas, insensatas e inspiradas pelo que há de mais retrógrado — dentro e fora da Constituição — em matéria econômica e social.